

Renar Maçãs S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Renar Maçãs S.A. foi constituída em NOV/62 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28/DEZ/04.

Em 02/DEZ/09 a Renar Maçãs S.A e a Pomifrai Fruticultura S.A firmaram, juntamente com os acionistas da Pomifrai e outros, um Acordo de Incorporação ("Acordo de Incorporação"), visando viabilizar a associação estratégica entre as companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai pela Renar Maçãs, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76 ("Associação Estratégica").

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maçãs, em reunião realizada em 02/DEZ/09.

Em 28/SET/10 a Companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv): Aprovou a incorporação de ações, convertendo-se a Pomifrai em subsidiária integral da, nos termos do artigo 252 da lei nº 6.404/76 e conforme estabelecido no protocolo e justificação, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai a ser incorporada ("Relação de Substituição"), totalizando uma emissão, pela Companhia, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações").

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado – BR GAAP.

As praticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as diretrizes da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelos

pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade.

As informações contábeis do exercício consolidadas e individuais estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitido pelo *International Accounting Standards Board*– IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para apresentação das demonstrações contábeis (CPC 26).

As informações contidas neste relatório estão apresentadas de forma consolidada e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Renar Maçãs S.A em 15/MAR/12.

A avaliação do investimento em controlada é apresentada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, o que diverge das IFRSs, nas quais a exigência é para que a avaliação desses investimentos nas demonstrações da controladora seja pelo seu valor justo ou pelo custo.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.2.1 Ativos financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado, e incluem ativos financeiros disponíveis para negociação no curto prazo e ativos designados no

reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras quando incorridos.

Os principais ativos financeiros, reconhecidos pela Companhia, são caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras em fundos de renda fixa com rendimento diário, contas a receber de clientes, contas a receber por alienação de bens do ativo imobilizado. A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.2.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo e compostos por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem: caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, são ativos financeiros disponíveis para negociação.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber são apresentadas a valores de realização, com atualização cambial, quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

3.5 Estoques

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização.

3.6 Imobilizado

Na Controladora o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31/DEZ/95.

As depreciações são calculadas pelo método linear, observadas as taxas anuais informadas na nota 10.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29/DEZ/06, novas taxas de depreciação foram aplicadas aos pomares, edificações urbanas e rurais, a partir de JAN/07, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciáveis, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

Em virtude dos ativos da Companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastramento e Gerenciamento Patrimonial Ltda., CNPJ 00.593.896/0001-60, qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender os CPC's 01 e 27. Em relação ao Pronunciamento CPC 01 que refere-se à redução ao valor recuperável de ativos, foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade do registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível venda do Ativo Imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado (saldo residual) e o CPC 27 que prescreve, que o método de depreciação utilizado pela entidade deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo, foi atendido.

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Na controlada a administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, especialmente o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essas perdas, quando necessárias, são classificadas como outras despesas operacionais. Em 31/DEZ/11a Administração não identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização no imobilizado.

3.7 Intangível

Corresponde às marcas, registradas ao custo de aquisição e não ultrapassa o valor de realização. Estes ativos possuem vida útil indefinida e são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

3.8 Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

3.9 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"),

abrangendo imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. No exercício de 2011 não foram contabilizados valores de imposto de renda e contribuição social em virtude de ter sido apurado prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social.

3.11 Informações da Consolidação

Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração para constatar que a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a Companhia e sua Controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Renar Maçãs S/A e sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S/A a qual também é controladora da Pomifrai Alimentos Ltda.

3.12 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas regularmente.

3.13 Lucro ou Prejuízo por ação

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

3.14 Alteração procedimento de cálculo dos custos apurados

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Sob este aspecto, anteriormente todo o montante apurado de custos era agregado ao estoque e baixado/calculado conforme sua venda mensal, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem).

A Companhia na busca de melhoria e simplificação de seus procedimentos quanto a apuração do custo dos produtos vendidos (fruta), entende que a melhor forma de demonstrar a apuração do CPV mensal, calculado sobre os estoques formados (colhidos) de maçãs disponíveis para venda é, considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a Fruta Industrial (na sua maioria vendida diretamente do pomar para a indústria), passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação, do Packing House em seu custo.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV.

4. Disponibilidades

4.1. Caixas e Bancos

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Caixa	5	5	7	10
Bancos	5	482	39	494
Total	10	487	46	504

4.2. Aplicações Financeiras

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Aplicações financeiras	-	-	990	1.327
Total Geral	-	-	990	1.327

A aplicação financeira realizada na controlada, no Banco Lemon S/A, é remunerada a taxa de variação DI FI LP e Banco do Brasil S.A é remunerada a taxa do CDI (97%).

5. Clientes

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Duplicatas a Receber	6.139	10.567	8.012	14.435
Duplicatas Descontadas - Bancos	(2.350)	(1.860)	(2.768)	(4.464)
Duplicatas Descontadas (Pomifrai)	(217)	(2.025)	(217)	(2.025)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.634)	(2.689)	(3.846)	(3.428)
Total	938	3.993	1.181	4.518

A composição das Contas a Receber por idade de vencimento é:

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Vencidas até 30 dias	-	117	81	298
Vencidas de 31 a 60 dias	29	63	81	165
Vencidas de 61 a 90 dias	5	10	10	15
Vencidas de 91 a 180 dias	5	729	24	748
Vencidas a mais de 181 dias	2.912	7.110	4.124	8.086
Total vencidas	2.951	8.029	4.320	9.312
A vencer	3.188	2.538	3.692	5.123
Total Duplicatas	6.139	10.567	8.012	14.435

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Saldo inicial	(2.689)	(135)	(3.428)	(135)
Adições	-	(2.554)	(473)	(3.293)
Recuperações	55	-	55	-
Total	(2.634)	(2.689)	(3.846)	(3.428)

6. Estoques

A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Maçãs Próprias	13	219	16	299
Maçãs de Terceiros	-	246	-	246
Produtos em Formação (Safrá de Maçãs)	14.643	6.787	14.687	14.405
Material Consumo e Reposição	3.210	1.672	3.745	2.301
Estoque em Poder de Terceiros	-	426	-	856
Outros	-	20	32	38
Total	17.866	9.370	18.480	18.145

7. Tributos a Recuperar

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	30/DEZ/10	31/DEZ/11	30/DEZ/10
Ativo Circulante	8	3	1.386	530
IRRF sobre Aplicação Financeira	8	3	47	12
ICMS	-	-	79	-
PIS	-	-	117	15
COFINS	-	-	711	71
Contribuição Social s/Lucro	-	-	11	11
Crédito Presumido IPI a Recuperar	-	-	421	421
Ativo Não Circulante	7.369	6.374	11.299	10.327
ICMS	565	547	871	854
PIS	1.313	1.099	1.910	1.706
COFINS	5.491	4.728	8.518	7.767
Total	7.377	6.377	12.685	10.857

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da Companhia. Foi requerido, administrativamente, junto à Secretaria da Receita Federal, amparada no art. 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a restituição de R\$ 2.395 mil que se encontra passível de análise pelos auditores fiscais. Na controlada o montante é de R\$ 2.402 mil, esses créditos já estão sendo analisados pela Receita Federal.

8. Adiantamentos a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais, com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra do próximo ano. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Adiantamento Fornecedores	5.037	5.344	5.126	5.638
Total	5.037	5.344	5.126	5.638

9. Alienação de Bens do Imobilizado

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores, conforme segue:

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

9.1. Controladora

Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/2011 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 2.304.100,00 m2	2.600	1.346	04/05/2012	Equivalente a 115 mil sacas de milho de 60 kg.
Área de 840.500,00 m2	1.200	439	04/05/2013	200 mil reais à vista em moeda corrente nacional e 1 milhão reais representados por 50 mil sacas de milho de 60kg parcelados.
Área de 1.505.367,50 m2	2.500	867	01/09/2013	1 milhão de reais em moeda corrente nacional a vista. E o saldo recebível em 07 parcelas fixas.
Área de 610.000,00 m2	1.000	522	10/12/2011	336 mil reais em moeda corrente nacional a vista. E o saldo recebível em 04 parcelas fixas.
Área de 4.141.398,84 m2	6.400	3.910	31/12/2015	entrega de embalagens(caixas de papelão) fornecidas de acordo com o "Contrato de Fornecimento" de 15.03.11.
Área de 550.000,00 m²	800	400	31/12/2011	400 mil na assinatura do contrato e 400 mil na data da escrituração do imóvel.
Área de 716.600,00 m²	1.184	932	30/05/2012	251 mil reais na assinatura do contrato; 433 mil reais em 30.05.2012 e 500 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Pomar Maçãs c/ 22,16 há	616	616	26/01/2012	616 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Total	16.300	9.032		

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

9.2. Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/2011 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 1.359.251,00 m ²	1.900	950	31/05/2012	300 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 200 mil reais crédito COOCAM, 450 mil reais entrega floresta de pinus e 950 mil reais financiamento BRDE.
Área de 1.200.203,70 m ² Área de 544.590,93 m ²	2.420	1.200	31/05/2012	800 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 420 mil reais entrega floresta de pinus e 1.200 mil reais financiamento BRDE.
Área de 600.101,85 m ²	1.020	1.020	31/05/2012	1.020 mil reais quando da outorga da escri- tura pública do imóvel livre e desembaraça- do de quaisquer ônus.
Área de 600.101,85 m ²	1.020	510	03/04/2012	170 mil reais, na data da assinatura do contrato; 170 mil reais, 30 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 60 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 90 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 120 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 150 dias da assinatura do contrato.
Total	6.360	3.680		

Pomifrai Alimentos Ltda Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/2011 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 18.159,64 m ² Barracão 1.026,52 m ² Barracão 1.400,00 m ² Barracão 800,00 m ² Barracão 55,13 m ² Barracão 181,74 m ² Barracão 45,77 m ²	2.700	1.549	31/3/2012	1.000 mil reais em moeda corrente através de transferência bancária na assinatura do contrato. 1.700 mil reais em financiamento a ser contratado pela compradora.
Total	2.700	1.549		

Os valores das parcelas atreladas ao preço da saca do milho de 60 kg, são atualizados com base na cotação em 31/DEZ/11.

O saldo em 31/DEZ/11 na Controladora, desses valores a receber eram respectivamente R\$ 9.032 mil (em 31/DEZ/10 R\$ 4.616 mil), sendo registrados no Circulante R\$ 5.492 mil (em 31/DEZ/10 R\$ 2.784mil) e registrados no Realizável à Longo Prazo R\$ 3.540 mil (em 31/DEZ/10 R\$ 1.832 mil) e na Controlada no curto prazo R\$ 5.229 mil, sendo R\$ 3.680 mil na Pomifrai Fruticultura S/A e R\$ 1.549 mil na Pomifrai Alimentos Ltda.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

10. Imobilizado

Descrição	CONSOLIDADO					
	31/DEZ/11					
	Saldo 31/DEZ/10	Adições 31/DEZ/11	Transferências 31/DEZ/11	Baixas 31/DEZ/11	Depreciação 31/DEZ/11	Residual 31/DEZ/11
Imobilizado Próprio em Operação	62.214	685	2.259	(7.649)	(5.422)	52.087
Terrenos	-	-	1.124	(537)	-	587
Edificações	19.876	-	212	(1.986)	(1.008)	17.094
Benfeitorias	1.534	24	(192)	(12)	(137)	1.217
Culturas Permanentes	24.068	-	1.655	(3.981)	(2.375)	19.367
Máquinas e Equipamentos	12.563	260	(160)	(1.064)	(1.255)	10.344
Câmaras Frigoríficas	3.272	-	(294)	-	(436)	2.542
Veículos e Tratores	568	390	(54)	(62)	(146)	696
Móveis e Utensílios	314	11	(13)	(7)	(65)	240
Arrendamento Mercantil	19	-	(19)	-	-	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	34	-	-	-	(2)	32
Vestibário/Banheiros Vacaria	34	-	-	-	(2)	32
Imobilizações em Andamento	2.013	144	(1.924)	(40)	-	193
Edificações	40	-	(40)	-	-	-
Benfeitorias	246	92	(259)	-	-	79
Pomares em Implantação	1.004	52	(1.056)	-	-	-
Florestas em Formação	483	-	(329)	(40)	-	114
Máquinas e Equipamentos	240	-	(240)	-	-	-
Reavaliações	44.318	-	(9.797)	(6.029)	(517)	27.975
Terrenos	31.329	-	(7.766)	(5.623)	-	17.940
Edificações e Benfeitorias	12.500	-	(2.031)	(372)	(475)	9.622
Culturas Permanentes	489	-	-	(34)	(42)	413
Ajuste Patrimonial	42.404	-	9.250	(2.869)	(2.457)	46.328
Terrenos	14.350	-	6.642	(2.818)	-	18.174
Edificações	606	-	2.074	(4)	(132)	2.544
Benfeitorias	2	-	-	-	-	2
Máquinas e Equipamentos	9.424	-	454	(23)	(879)	8.976
Câmaras Frigoríficas	15.970	-	-	-	(1.141)	14.829
Veículos e Tratores	1.974	-	72	(23)	(292)	1.731
Móveis e Utensílios	78	-	8	(1)	(13)	72
Imobilizado	150.983	829	(212)	(16.587)	(8.398)	126.615
Intangível	259	88	-	(3)	(29)	315
Diferido	257	-	-	(242)	(15)	-
Total	151.499	917	(212)	(16.832)	(8.442)	126.930

11. Fornecedores

Todos os Fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como o fornecimento de embalagens e demais materiais, necessárias para as operações da Companhia, foram garantidos por pagamentos ou renegociações para liquidação futura, fato este assegurado pelo aumento de capital (oferta pública de ações). O somatório desta ação possibilitou uma retomada do crédito, melhorando inclusive nossa capacidade de negociação comercial, junto a fornecedores e instituições financeiras.

12. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores:

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
			31/DEZ/11	31/DEZ/10
Bancos Comerciais/ACC	13,80%	SET/12	1.836	1.501
Bancos Comerciais/ACC	13,81%	DEZ/11	-	1.322
Bancos Comerciais/ACC	16,60%	JAN/13	6.894	4.069
Bancos Comerciais/ACC	16,07%	FEV/12	1.058	1.019
Bancos Comerciais/ACC	9,00%	ABR/12	660	-
Bancos Comerciais/GIRO	18,34%	FEV/12	2.406	2.314
Bancos Comerciais/LEC	13,29%	NOV/12	247	749
Bancos Comerciais/LEC	14,79%	AGO/13	23.305	21.087
BNDES/cartão de crédito/Equipamentos	14,97%	SET/11	-	7
BRDE/BNDES/FINEP	4,00%	JAN/11	-	197
BRDE/BNDES/PROINSA	13,40%	FEV/12	344	449
BRDE/FININP	13,12%	DEZ/12	2.128	2.337
BRDE/BNDES/EXIM	15,60%	NOV/12	4.177	4.268
BRDE/BNDES/Modernização frota	12,06%	SET/14	160	147
Bradesco/Modernização frota	12,55%	SET/13	110	166
BRDE/BNDES/PRODEFRUTA	12,25%	AGO/15	547	572
BRDE/BNDES/Automação Agropecuária	15,20%	AGO/17	9.889	9.239
Badesc/Automação Agropecuária	12,03%	JAN/12	294	449
Securitizações Custeio Agrícola	5,35%	FEV/14	939	1.225
Securitizações Custeio Agrícola - PESA	3,88%	JUN/20	113	116
Securitizações Custeio Agrícola - PESA	3,29%	JUN/19	116	95
BESC	10,74%	JUN/22	458	495
BRDE-FINAME	9,78%	DEZ/11	4	6
BRDE	11,10%	OUT/21	83	74
BRDE	10,72%	ABR/20	397	377
BADESC/BNDES	11,92%	JAN/12	20	23
João Antonio Tedesco	14,62%	NOV/13	-	2.066
Total de Empréstimos e Financiamentos			56.185	54.369
Parcela no Circulante			22.612	17.874
Parcela no Não Circulante			33.573	36.495

Em 31/DEZ/11, o montante não circulante na Controladora tem a seguinte composição por ano de vencimento:

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Ano	Em milhares de reais
2013	26.682
2014	2.908
2015	711
2017	3.175
Após 2017	97

Financiamentos Pomifrai Fruticultura S/A

Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
			31/DEZ/11	31/DEZ/10
Bancos Comerciais/ACC	2,80%	MAR/11	-	715
Bancos Comerciais/GIRO	14,05%	FEV/12	2.651	2.528
Bancos Comerciais/GIRO	14,05%	NOV/11	-	1.113
Bancos Comerciais/GIRO	14,05%	JAN/13	6.469	10.177
Bancos Comerciais/GIRO	14,05%	jan/11	-	2
BRDE -SC - PROINSA	9,09%	DEZ/13	1.897	1.718
BRDE/FINASA/LEASING/REVITALIZA	8,92%	SET/14	7.142	6.517
BRDE/BNDES/INVESTIMENTO	10,53%	MAR/18	11.693	10.432
PESA	4,43%	OUT/22	538	505
PESA	4,43%	AGO/18	9	9
Total de Empréstimos e Financiamentos			30.399	33.716
Parcela no Circulante			17.772	15.089
Parcela no Não Circulante			12.627	18.627

Em 31/DEZ/11, o montante não circulante na Controlada tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em milhares de reais
2013	1.199
2014	530
2015	240
2016	2.087
2017	6.844
2018	1.727

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Em milhares de reais	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Total de Empréstimos e Financiamentos	86.584	88.085
Parcela no Circulante	40.384	32.963
Parcela no Não Circulante	46.200	55.122

12.1. Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia no curto prazo.

12.2. Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no curto prazo.

12.3. Investimento e Expansão

Financiamentos de longo prazo junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, para investimento na safra de produção. Todos com vencimentos acima de um ano.

12.4. Empréstimos Securitizados

Com o objetivo de renegociar dívidas originárias de crédito rural e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em NOV/95 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 /FEV/98, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

No programa foi condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais foram entregues ao credor em garantia do principal.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a Companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretratável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida.

Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia.

Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia entende que não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação da dívida relativa ao PESA e seu registro foi efetuado como redução do principal da dívida, ambos ajustados a valor presente.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

Juros incorridos e contabilizados no resultado de 2011 sobre financiamentos PESA acima mencionados montaram em R\$1.145 mil na controladora e de R\$2.411 mil no consolidado. Existe comprometimento contratual de juros a serem incorridos de valores semelhantes anualmente até em torno de 2020, atualizados pelo IGP-M. Os financiamentos PESA estão sujeitos a cumprimento de certas obrigações ("covenants") para manter as condições de juros futuros acima divulgados. A Companhia está em dia com o cumprimento das cláusulas desses financiamentos.

Sendo de conhecimento público que a essência do PESA é a eliminação da dívida então existente, face a compra de CTNs pelos devedores, fazendo com que o valor futuro dos títulos liquide integralmente a dívida (face à diferença de taxas entre a atualização da dívida e a atualização do título).

12.5. Renegociação de Passivos

A Companhia vem desenvolvendo diversas tratativas com as instituições financeiras com o objetivo de alongar o perfil da dívida e garantir adequada capacidade de pagamento.

Estas tratativas vem sendo desenvolvidas ao longo dos últimos meses, com êxito, já demonstrado no quadro acima. Ratifica-se que às tratativas junto ao nosso principal credor encontram-se em fase adiantada de negociações, o que proporcionará a Companhia uma alteração significativa no perfil da dívida.

Com o resultado desta negociação, e as já realizadas, a Companhia conclui sua reestruturação financeira e está apta a priorizar esforços para acelerar o crescimento e retomar a rentabilidade historicamente apresentada.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

13. Partes Relacionadas

A Companhia obteve empréstimos de partes relacionadas, com base em contratos e sujeitos a juros, como segue:

			Controladora							
			Ativo		Passivo				Compra	
					31/DEZ/11		31/DEZ/10			
Descrição	Encargos	Vencimento	31/DEZ/11	31/DEZ/10	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Eluana Nogueira Frey	a 0,5% am+CDI	30/JUN/11	-	-	-	-	880	98		
Rádio Fraiburgo Ltda.	a 0,5% am+CDI	30/JUN/11	-	-	-	-	1.146	367		
Pomifrai Fruticultura S/A	b -	-	6.071	8.122	-	-	-	-		
Pomifrai Fruticultura S/A	c -	-	217	2.025	-	-	-	-		
Pomifrai Alimentos Ltda	d -	-	-	-	-	-	-	-	103	62
Pomifrai Fruticultura S/A	e -	-	-	-	-	-	-	-	-	1.329
Total			6.288	10.147	-	-	2.026	465	103	1.391

a) Recebimento de recursos financeiros

A Companhia havia obtido empréstimos de partes relacionadas com base em contratos e sujeitos a juros, os quais foram quitados neste trimestre, conforme descrito acima.

b) Mútuo

A Companhia realizou operações de mútuo com a Pomifrai Fruticultura S/A, como a finalidade de viabilizar suas operações durante o exercício de 2011, não houve a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

c) Desconto de Duplicatas

A Controladora realizou entrega de suas duplicatas para desconto em carteira por sua Controlada, com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros neste tipo de operação.

d) Compra

A Pomifrai Alimentos Ltda. comprou de sua Controladora Pomifrai Fruticultura e da Renar Maçãs S/A (controladora da Pomifrai Fruticultura S/A), maçãs destinadas à industrialização (polpa e maçã desidratada).

e) Compra

A Renar Maçãs S/A comprou de sua Controladora Pomifrai Fruticultura S/A, maçãs destinadas à exportação no exercício de 2010.

14. Provisões para Contingências

14.1 Provisões Trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Em 31/DEZ/11, a controladora é parte em 19 ações trabalhistas (04 ações prováveis, 08 possíveis e 07 remotas), acrescida de 07 ações trabalhistas na controlada (01 ação provável, 04 possíveis e 02 remotas), cujas obrigações estimadas apresentaram a seguinte movimentação:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/10	537	610
Constituição	525	612
Reversões	(977)	(1.112)
Saldo em 31/DEZ/11	85	110

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, adicionais de insalubridade e acidente de trabalho.

Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta reclamatóriastrabalhistas, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 223 mil e R\$ 23 mil, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis.

14.2 Contingências Cíveis

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/10	-	-
Constituição	241	241
Reversões	-	-
Saldo em 31/DEZ/11	241	241

Em 31/DEZ/11, a controladora é parte em 12 ações cíveis (05 ações prováveis, 04 possíveis e 03 remotas), acrescida de 02 ações cíveis na controlada (01 possível e 01 remota).

Conforme a opinião dos consultores jurídicos constam ações judiciais, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 135 mil e R\$ 50 mil, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis.

14.3 Provisão da Garantia de Preço Mínimo sobre Ações

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Com base no preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, a eventual diferença será paga ao final de 03 (três) anos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de intenção da venda dos antigos controladores da Pomifrai Fruticultura S/A, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações por ano, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações por mês e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações por dia, ou seja, as vendas não são cumulativas. Portanto em 31/DEZ/11 o saldo total disponível para venda era de 9.600.000 ações (15.600.000 ações 31/DEZ/10), a uma cotação de R\$ 0,27 cada (R\$ 0,66 em 31/DEZ/10) e no valor total de R\$ 7.008 mil (R\$ 5.304 mil em 31/DEZ/10).

Salientamos que, do montante de ações em garantia os sócios exerceram venda a partir do 2º Trimestre/11, constituindo um passivo no valor de R\$ 3.216 mil, a ser liquidado em 28 de novembro de 2013.

15. Tributos Diferidos

Na controladora os encargos tributários, mantidos sobre a reserva de reavaliação somam R\$ 7.455 mil (R\$ 8.506 mil em 31/DEZ/10), sendo R\$ 5.475 mil (R\$ 6.248 mil em 31/DEZ/10), a título de Imposto de Renda e R\$ 1.980 mil (R\$ 2.258 mil em 31/DEZ/10), a título de contribuição social, registrados no passivo não circulante.

As contabilizações referente ao período de 2010: na controlada (Pronunciamentos CPC 27 e ICPC10) bem como, os ajustes na Controladora estão descritos nas demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 item 18.

Na Controlada, foram procedidos os registros contábeis exigidos, e o valor dos tributos diferidos estão registrados nos montantes de R\$ 8.847 mil (R\$ 9.805 mil em 31/DEZ/10), a título de imposto de renda e R\$ 3.185 mil (R\$ 3.530 mil em 31/DEZ/10), de Contribuição Social, os quais reduziram à respectiva conta do Patrimônio Líquido em contrapartida a conta do Passivo Não Circulante.

Ainda, na empresa controlada permanece registrado um saldo de tributos diferidos de anos anteriores que totaliza R\$ 695 mil em 31/DEZ/11.

O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

16. Patrimônio Líquido

16.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 110.986 mil, representado por 110.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 30/JUN/09, foi realizada uma assembléia geral extraordinária que aprovou aumento de capital de 40.000.000 de ações ao valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de reais), totalizando R\$ 20 milhões, integralizado em 04/AGO/09.

Nesta assembléia, também foram aprovadas alterações do estatuto social, sendo as principais: valor do capital autorizado, forma de deliberação do conselho de administração, competências do conselho de administração e eleição de novos membros do conselho de administração.

Em 28/SET/10, foi realizada uma Assembléia Geral extraordinária que aprovou aumento de capital de 30.000.000 de ações ao valor de 1,62 (um real e sessenta e dois centavos), totalizando R\$ 48.586 mil.

Nesta assembléia, também foi aprovada alteração do estatuto social, em seu artigo 5º aumento do capital social em decorrência da incorporação de ações e, também, aprovação do laudo de avaliação elaborado pela empresa Apsis Consultoria e Avaliações.

16.2 Aumento de Capital

Por deliberação do Conselho de Administração realizada em 05 de julho de 2010, foi aprovado o valor do Aumento de Capital será de até R\$ 16.000 mil, mediante a emissão de até 40.000.000 (quarenta milhões) de novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,40 (quarenta centavos de real) por ação.

Até 31 de dezembro de 2011 a Companhia recebeu em dinheiro R\$ 10.644 mil, resultando em um saldo de R\$ 5.356 mil a realizar.

A Companhia esclarece que, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 8, de 4 de agosto de 1981, será concedido um prazo adicional, a ser definido oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia, para que os subscritores de ações no âmbito do aumento de capital da Companhia já aprovado possam rever sua decisão de investimento, na hipótese de ser necessária a homologação parcial do aumento de capital da Companhia, após o período para rateio de sobras e a realização de leilão na BM&FBOVESPA.

16.3 Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por peritos independentes por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembléia geral extraordinária de 29/DEZ/06.

O resultado desta reavaliação em 29/DEZ/06 está a seguir demonstrado (valores em milhares de reais):

Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
Total	57.340	25.847	31.493

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contra partida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de R\$ 4.159 mil em DEZ/06. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota 10.

16.4 Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

16.5 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 31/DEZ/11 não foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, por ter apurado prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado, existentes para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

18. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	31/DEZ/11	31/DEZ/10
Despesas Financeiras	(12.041)	(11.461)	(19.030)	(19.124)
Juros e Despesas sobre Endividamento	(9.406)	(7.686)	(15.768)	(13.295)
Variações Monetárias Passivas	(242)	(557)	(242)	(557)
Variações Cambiais Passivas	(1.193)	(1.092)	(1.232)	(1.212)
Descontos e Bonificações Concedidos	(852)	(403)	(994)	(642)
Outros	(348)	(1.723)	(794)	(3.418)
Receitas Financeiras	2.032	3.102	2.245	3.321
Variações Monetárias Ativas	880	1.295	881	1.299
Variações Cambiais Ativas	1.016	1.309	1.039	1.398
Rendimentos de Aplicações Financeiras	21	48	122	88
Outras	115	450	203	536
Resultado Financeiro Líquido	(10.009)	(8.359)	(16.785)	(15.803)

19. Outras Despesas e Receitas

19.1. Outras Despesas Operacionais

O valor de R\$ 10.454 mil na controladora refere-se ao custo residual de aquisição de ativos imobilizados, quando da venda destes imóveis (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais) e consolidado o montante de R\$ 15.981 mil tendo a mesma origem das despesas.

Sendo que na controladora foi registrado a título de Provisão de Ações Cíveis, o montante de R\$ 241 mil, conforme nota explicativa 14 b.

19.2. Outras Receitas Operacionais

Tem sua origem na obtenção de recursos com a venda de ativos imobilizados (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), na controladora R\$ 13.491 mil e consolidado R\$ 20.600 mil.

20. Instrumentos Financeiros

Considerações Gerais sobre Gerenciamento de Risco

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

20.1 Risco cambial

A Companhia exporta historicamente em torno de 8% de sua produção anual, porém em 2011 não houve exportações, devido ao cambio. O destino das exportações são principalmente a Europa e Ásia. Desse modo, a Companhia está sujeita ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Outra forma utilizada pela Companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 31/DEZ/11 a Companhia não possuía contratos dessa natureza em aberto.

20.2 Risco de crédito

As vendas a prazo para clientes na Europa e Ásia estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra do próximo ano são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

20.3 Risco de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota 12. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

20.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

21. Cobertura de Seguros

Em 31/DEZ/11, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Itens segurados	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência final
Riscos Operacionais	Patrimônio	Danos Materiais	36.000	83.300	31/DEZ/11
Riscos Operacionais	Patrimônio	Danos Materiais	2.000	2.000	28/ABR/12
Responsabilidade Civil	Veículos	Danos Corporais	-	1.800	17/MAR/12
Diretores/Funcionários	Diretores	Acidentes com DMHO	8.800	8.800	4/AGO/12
Responsabilidade Civil	Tratores	Danos Materiais	350	350	20/OUT/12

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, máquinas e veículos) que venceram no início de 2011 foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

22. Acordo de Incorporação

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S/A e Pomifrai Fruticultura S/A em 02/DEZ/09 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28/SET/10 e aprovado em AGE.

23. Dados para a Incorporação

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A, bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), o qual foi aprovado em AGE em 28/SET/10.

Em 30/SET/10 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores (Em milhares de Reais)	
D - Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D - Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C - Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise dos peritos da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S/A a preços de mercado, calculado pela abordagem dos ativos na data de 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 48.586 mil (quarenta e oito milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais).

O valor justo das 30.000.000 de ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação e transferidas em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda. é de R\$ 1,62 por ação.

O valor dos ativos adquiridos exclui R\$ 79 mil de Ativo Circulante, R\$ 630 mil de ativo não circulante e R\$ 4.758 mil de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

24. Remuneração dos Administradores

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; observadas as restrições legais; será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de Assembléia Geral realizada em 06/JUN/11 da controladora, foram fixados os valores das remunerações: da diretoria no valor mensal total de até R\$ 45 mil, do conselho de administração no valor total de R\$ 2,5 mil e de R\$ 1,5 mil para cada membro do conselho fiscal.

25. Conselho de Administração

Compõem o conselho de administração:

Rômulo Velludo Junqueira Marques Figueiredo – Presidente;

Lúcio Adriano Caetano da Silva – Vice-Presidente;

Marco Antonio Fiori.

Marcos Wilson Pereira;

Richard Freeman Lark Jr.

26. Conselho Fiscal

Charles Barnsley Holland;
Diogo Merten Cruz;
Marco Antônio Meneghetti.

27. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, a administração analisou e aprovou as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Renar Maçãs S/A.

28. Resultados Operacionais

A administração está implementando as seguintes principais ações, visando a melhoria da atual situação financeira e econômica da Companhia:

- Redução de despesas, adequando a estrutura da Companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S/A e Renar Maçãs S/A.
- Reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola, com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2011/2012.
- Venda de ativos imobilizados não utilizados nas atividades operacionais.
- Implantação do orçamento setorial para o exercício de 2012, visando aumento de controle e a redução dos gastos.
- Reestruturação do perfil da dívida da Companhia, garantindo a fomentação (formação) da próxima safra, bem como o equilíbrio financeiro da Companhia.

29. Cláusula Compromissória de Adesão à Câmara de Arbitragem

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

"Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

Walter Barbosa de Sousa Junior
Henrique Roloff
Evanir Ferreira de Almeida Junior
Evandro Luciano Tezori

Diretor Presidente
Diretor Financeiro e de RI
Diretor Comercial
Contador / CRC 027868/O-7